



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Cachoeira do Arari



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Cachoeira do Arari (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Em Cachoeira do Arari, a taxa de pobreza se manteve relativamente estável entre 2019 e 2021 (67,9% em 2019, 66,3% em 2020 e 67,5% em 2021), mas apresentou um pico expressivo em 2022, atingindo 77,1%. Em 2023, houve queda significativa para 61,0%, o menor valor da série. Na Região de Integração do Marajó, os valores oscilaram levemente entre 68,8% (2019) e 68,2% (2023), com pico de 73,6% em 2022. No estado do Pará, a taxa iniciou em 41,5% (2019), caiu para 40,5% (2020), subiu para 42,0% (2021), teve alta

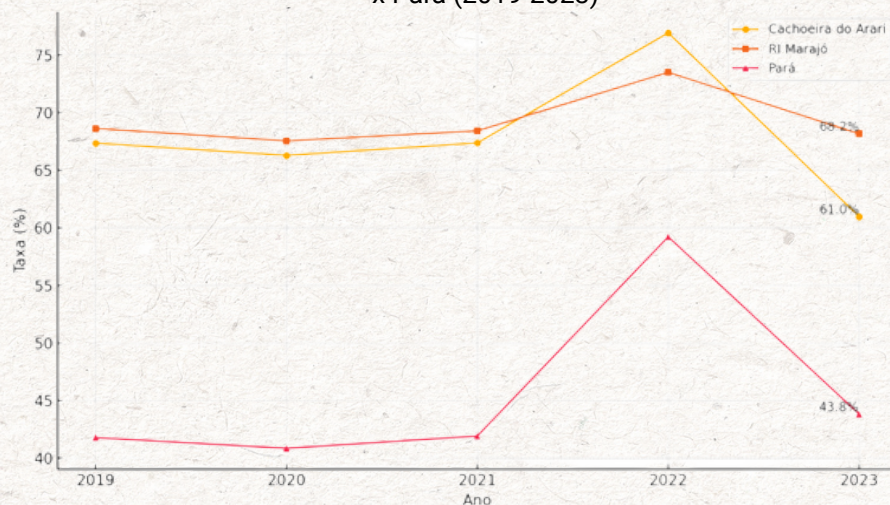
acentuada em 2022 (59,4%) e fechou 2023 com recuo para 43,8% (Gráfico 1).

A análise evidencia que Cachoeira do Arari apresentou maiores flutuações e níveis mais altos de pobreza em comparação aos demais recortes. A alta abrupta de 2022 é um ponto crítico, sugerindo um impacto socioeconômico intenso, possivelmente relacionado à pandemia ou à inflação. Já a RI Marajó manteve-se num patamar alto, porém mais estável. O estado do Pará teve variações mais suaves até 2021, mas também sofreu



forte aumento em 2022, antes de se recuperar parcialmente em 2023. Essa trajetória sugere que a crise de 2022 foi sentida em todos os níveis, mas com maior severidade nos municípios mais vulneráveis (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 61%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

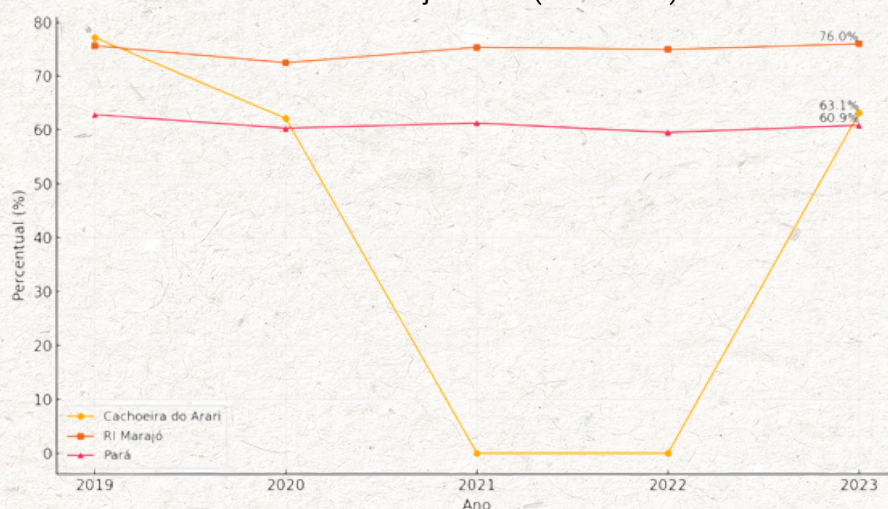
Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em Cachoeira do Arari, o percentual de despesas com serviços essenciais era elevado em 2019, com 77,7%, mas caiu para 62,4% em 2020. Em 2021 e 2022, houve um colapso completo, com registro de 0%, sinalizando ausência ou falha de dados, ou mesmo desvios significativos na alocação orçamentária. Em 2023, houve uma retomada parcial, com 63,1%. Na RI Marajó, os valores permaneceram relativamente estáveis, variando de 75,9% em 2019 para 76,0% em 2023, indicando consistência no compromisso com serviços básicos. O estado do Pará oscilou pouco, entre 63,0% (2019) e 60,9% (2023), com discreta queda em 2022 (59,6%) (Gráfico 2).

A análise revela uma severa descontinuidade em Cachoeira do Arari entre 2021 e 2022, que não se observa nas demais regiões. Essa interrupção pode refletir problemas administrativos, reclassificações contábeis ou perda de capacidade de execução orçamentária local. Enquanto isso, a RI Marajó e o estado do Pará apresentaram regularidade e níveis médios consistentes de alocação de recursos para áreas essenciais. A recuperação em 2023 em Cachoeira é positiva, mas ainda não alcança os níveis prévios à queda, exigindo acompanhamento e medidas corretivas para assegurar sustentabilidade no atendimento à população (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

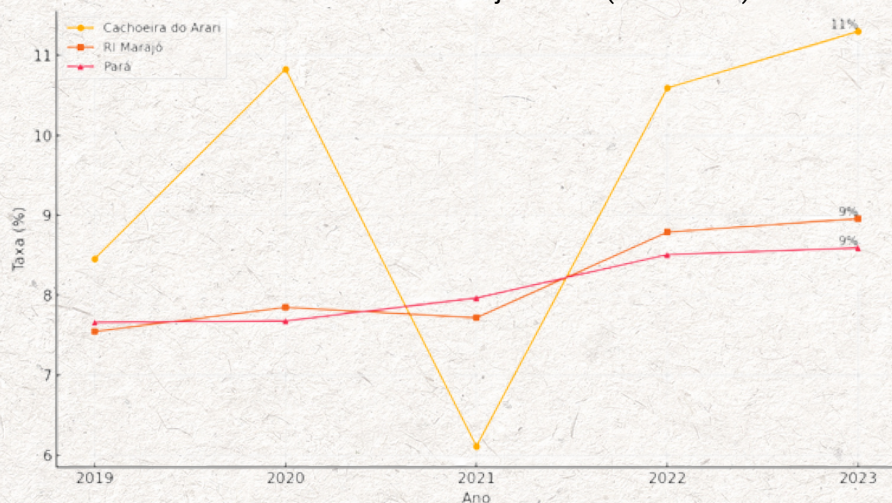
Em Cachoeira do Arari, a taxa de crianças com baixo peso ao nascer teve variação expressiva no período: iniciou em 8,5% em 2019, subiu para 10,8% em 2020, caiu drasticamente para 6,1% em 2021, e voltou a subir para 10,6% em 2022 e 11% em 2023. Na RI Marajó, a evolução foi mais gradual, de 7,6% em 2019 para 9% em 2023. O estado do Pará apresentou crescimento contínuo e moderado, indo de 7,6% (2019) para 9% (2023), sem oscilações bruscas (Gráfico 3).

Os dados revelam uma insta-

bilidade preocupante em Cachoeira do Arari, indicando possível deficiência nos cuidados pré-natais e serviços de saúde materno-infantil. Já a Região de Integração do Marajó e o estado do Pará mostram tendência de crescimento mais consistente, porém também preocupante, indicando um aumento geral do problema. O salto de Cachoeira do Arari após a queda em 2021 pode refletir variações de cobertura de dados ou crises pontuais no sistema de saúde local (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

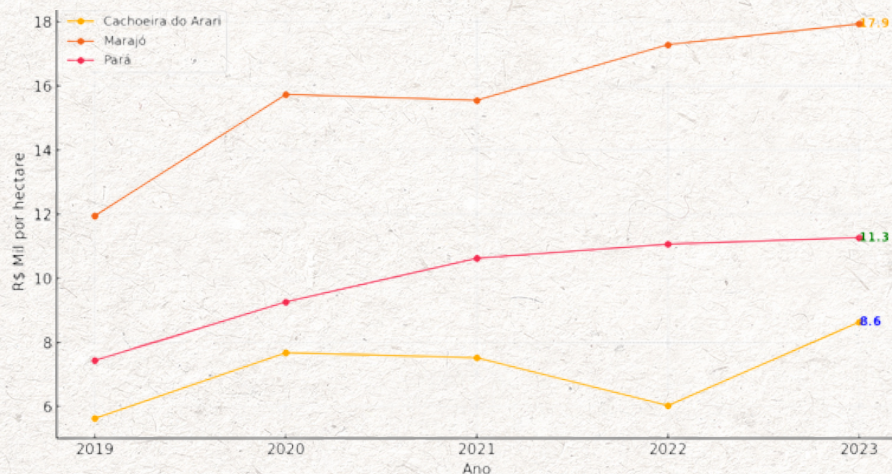
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Cachoeira do Arari iniciou a série com R\$ 5,6 mil/hectare em 2019, elevando-se para R\$ 7,8 mil em 2020 e mantendo esse valor em 2021. Em 2022, houve queda para R\$ 6,0 mil, seguida de recuperação em 2023, com R\$ 8,6 mil. A Região de Integração do Marajó demonstrou desempenho superior e mais estável, crescendo de R\$ 12,0 mil em 2019 para R\$ 17,9 mil em 2023. O estado do Pará, embora com valores menores que Marajó, também cresceu, passando de R\$ 7,4 mil para R\$ 11,3 mil no período (Gráfico 4).

Esses dados mostram que a produtividade a-

grícola em Cachoeira é inferior aos demais territórios e apresenta maior instabilidade. As flutuações sugerem dependência de fatores climáticos ou limitações tecnológicas e logísticas na produção local. O contraste com a RI Marajó evidencia desigualdades regionais no desempenho agropecuário. A retomada em 2023 é positiva, mas ainda insuficiente para acompanhar o ritmo estadual e regional. A diferença de R\$ 9,3 mil/hectare entre o município e a RI em 2023 reforça a urgência de políticas de fomento à agricultura familiar e ao uso de tecnologias mais eficientes (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 8,6 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

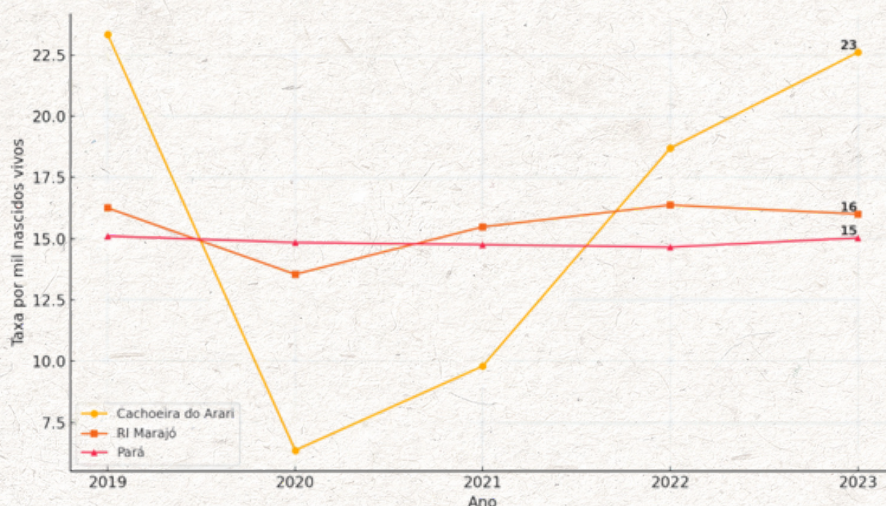
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em Cachoeira do Arari, a taxa de mortalidade infantil iniciou em um patamar elevado de 23,3‰ em 2019, despencou para 6,3‰ em 2020, mas voltou a subir ano após ano, atingindo 9,8‰ em 2021, 18,6‰ em 2022 e 23,0‰ em 2023 mesmo valor de 2019. Na RI Marajó, a variação foi mais suave: de 16,3‰ em 2019, caiu para 13,5‰ em 2020, subiu para 15,6‰ em 2021, 16,4‰ em 2022 e manteve-se estável em 16,0‰ em 2023. No estado do Pará, a taxa permaneceu praticamente constante: 15,1‰ em 2019, 14,9‰ nos anos de 2020 e 2021, 14,7‰ em 2022 e 15,0‰ em 2023 (Gráfico 5).

A trajetória de Cachoeira do Arari é preocupante pela volatilidade e tendência de alta após breve melhora em 2020. O retorno a níveis elevados pode indicar fragilidade nos serviços de saúde materno-infantil ou maior incidência de causas evitáveis. Em contraste, tanto a RI Marajó quanto o estado do Pará mantiveram estabilidade, o que demonstra melhores condições ou maior regularidade nas ações de prevenção e atendimento neonatal. A disparidade entre o município e os demais recortes evidencia desigualdade no acesso ou na qualidade dos serviços de saúde local (Gráfico 5).



Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 23 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

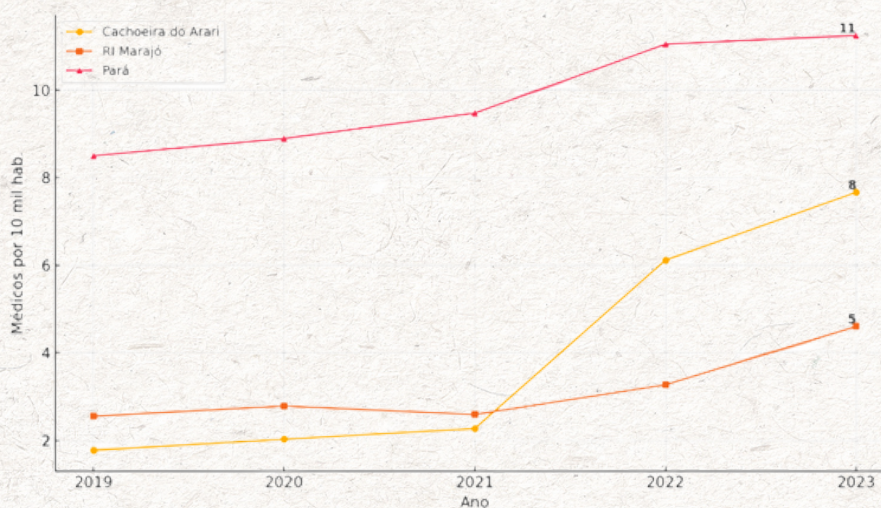
Em Cachoeira do Arari, observou-se um crescimento expressivo no número de médicos por 10 mil habitantes ao longo do período. Em 2019, o município contava com apenas 1,7 médicos por 10 mil hab., aumentando para 2,0 em 2020 e 2,3 em 2021. A partir de 2022, houve um salto significativo: o índice passou para 6,1 e, em 2023, alcançou 8,0. Este aumento representa uma ampliação de mais de 370% no número de médicos entre 2019 e 2023 (Gráfico 6).

Na Região de Integração do Marajó, a evolução também foi positiva, porém em rit-

mo mais contido: de 2,6 médicos por 10 mil hab. em 2019, para 2,8 em 2020, 2,6 em 2021, 3,3 em 2022 e 5,0 em 2023. O estado do Pará, por sua vez, manteve patamares mais elevados ao longo da série: iniciou com 8,5 (2019), subiu para 9,0 (2020), 9,5 (2021), 11,0 (2022) e 11,1 médicos por 10 mil hab. em 2023. Apesar da melhora em Cachoeira do Arari, a diferença em relação ao estado ainda persiste, indicando necessidade de continuidade nos esforços para equiparar o acesso local ao padrão estadual (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em Cachoeira do Arari, o número de vagas por mil habitantes caiu ao longo do período: de 241 em 2019, para 234 (2020), 238 (2021), 234 (2022) e 211 em 2023. A RI Marajó também apresentou queda, embora em patamar mais elevado: de 301 (2019), caiu para 289 (2020), recuperou-se para 302 (2021), alcançou 311 (2022), mas caiu novamente para 284 em 2023. No Pará, o número partiu de 212 em 2019, foi a 207 em 2020, 209 em 2021, subiu para 220 em 2022, e caiu para 198 em 2023 (Gráfico 7).

A análise mostra uma tendên-

cia de queda no acesso proporcional à oferta de vagas educacionais, com destaque negativo para Cachoeira do Arari, que teve redução acumulada de 30 vagas por mil habitantes no período. A RI Marajó, apesar da queda recente, manteve os melhores níveis, indicando uma maior capacidade de absorção de demanda. Já o estado do Pará apresenta flutuações mais discretas, mas encerra o período com o menor valor da série, o que pode refletir redução de matrículas ou reorganização da rede pública de ensino (Gráfico 7).

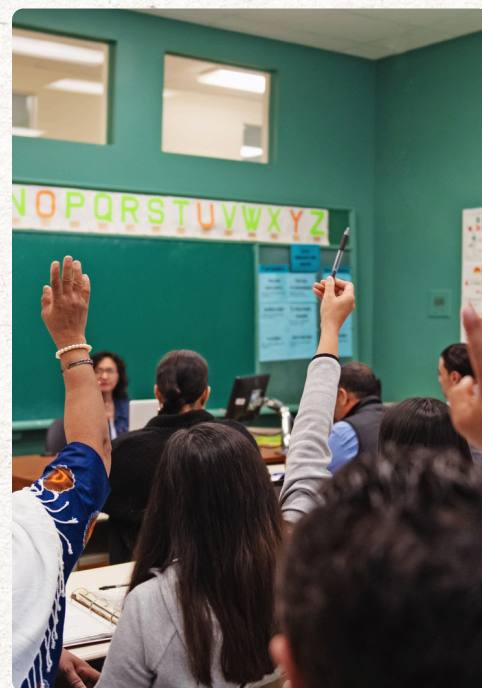
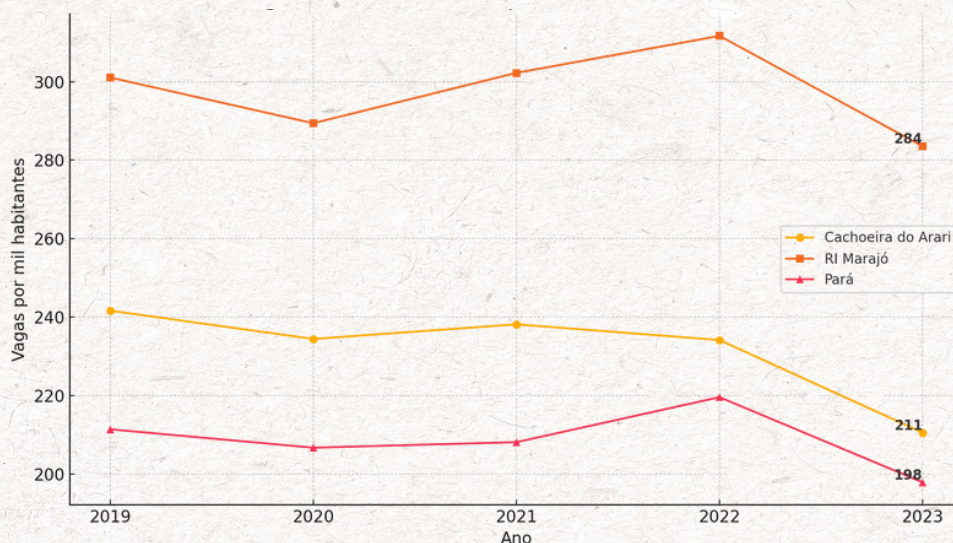




Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 211 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

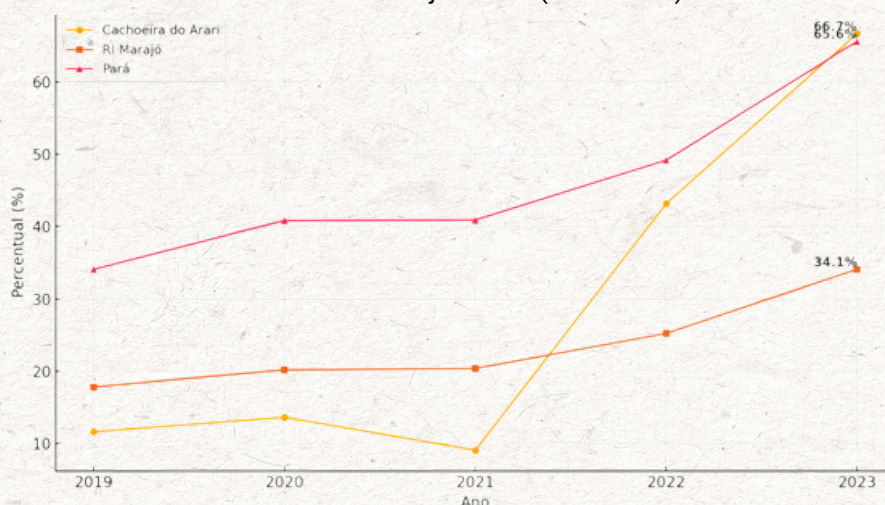
Cachoeira do Arari apresentou uma evolução notável nesse indicador: partiu de apenas 11,6% em 2019, cresceu para 13,7% em 2020, caiu ligeiramente para 9,1% em 2021, e então teve avanços significativos em 2022 (43,1%) e 2023 (66,7%). A RI Marajó iniciou em 18,0% (2019), subiu gradualmente até 34,1% em 2023. Já o Pará saiu de 33,9% em 2019, passou a 40,6% em 2020, subiu para 41,0% (2021), avançou a 49,3% (2022) e fechou 2023 com 65,6% (Gráfico 8).

Essa trajetória revela uma recuperação acelerada em Cachoeira do Arari, que, embo-

ra tenha começado em posição bastante desfavorável, quase equiparou-se ao estado do Pará em 2023. A melhoria pode estar associada a programas federais ou estaduais de conectividade escolar no pós-pandemia. A RI Marajó mostra avanços mais lentos, e o estado do Pará mantém liderança na maior parte do período. A aceleração recente em municípios pequenos como Cachoeira é positiva, mas requer consolidação para garantir qualidade efetiva no uso pedagógico da internet (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

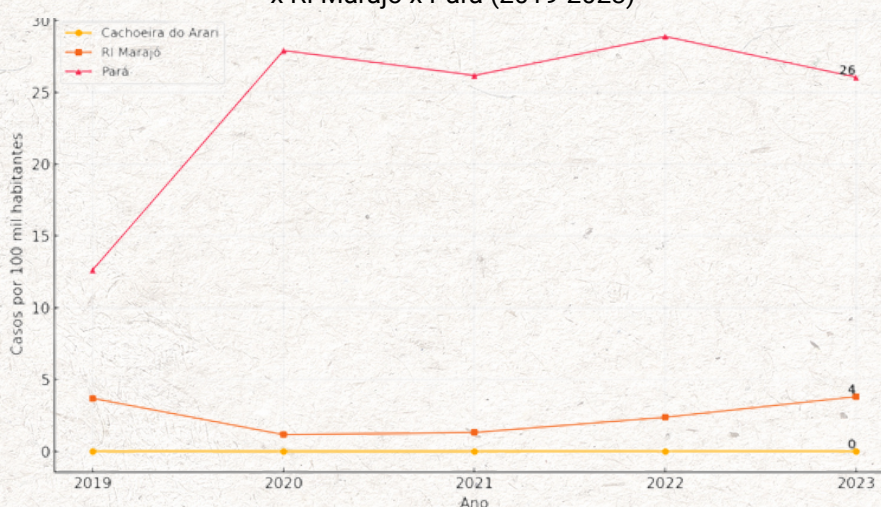


Cachoeira do Arari apresentou índice zerado de violência contra a mulher por parceiros ao longo de todo o período de 2019 a 2023, sugerindo ausência de notificações ou subnotificação grave. A RI Marajó iniciou com 3,7 casos por 100 mil habitantes em 2019, caindo para 1,4 em 2020 e mantendo-se nesse patamar em 2021. Em 2022, o número cresceu para 2,5 e encerrou 2023 com 4,0 casos. No estado do Pará, a taxa começou em 12,7 em 2019, subiu expressivamente para 27,8 em 2020 e permaneceu elevada: 26,1 em 2021, 29,0 em 2022 e 26,0 em 2023 (Gráfico 9).



A ausência de registros em Cachoeira do Arari contrasta com os demais recortes e pode indicar falhas na rede de proteção, subnotificação ou problemas de registro de dados. A RI Marajó apresenta flutuações baixas, mas segue em tendência ascendente desde 2021. O Pará, por outro lado, demonstra uma situação estruturalmente crítica, com taxas consistentemente altas, revelando maior visibilidade ou maior prevalência do problema. O crescimento geral após 2019 pode ter sido impulsionado pela pandemia e pelo fortalecimento dos mecanismos de denúncia e registro (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

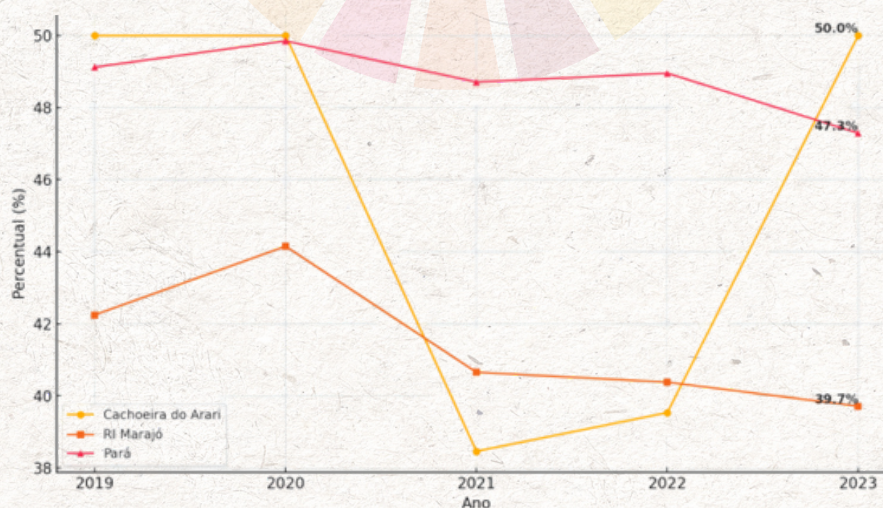
Em Cachoeira do Arari, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres era de 50,0% em 2019 e se manteve assim em 2020. Em 2021, houve forte queda para 38,3%, com leve recuperação para 39,5% em 2022 e retorno ao patamar de 50,0% em 2023. A RI Marajó oscilou entre 42,3% em 2019 e 39,7% em 2023, com pico de 44,1% em 2020. O estado do Pará manteve percentuais elevados e estáveis: partiu de 49,0% (2019), chegando a 49,9% (2020), e fechou 2023 com 47,3% (Gráfico 10).





Apesar das oscilações, Cachoeira do Arari e o Pará encerram o período em situação de paridade de gênero em cargos gerenciais, com 50% e 47,3%, respectivamente. A RI Marajó, embora com bons índices, manteve-se ligeiramente abaixo dos demais, o que pode indicar barreiras regionais à ascensão de mulheres em posições de liderança. A queda brusca em Cachoeira entre 2020 e 2021 pode refletir mudanças administrativas ou impactos locais específicos, mas a recuperação total até 2023 é um ponto positivo (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 50%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

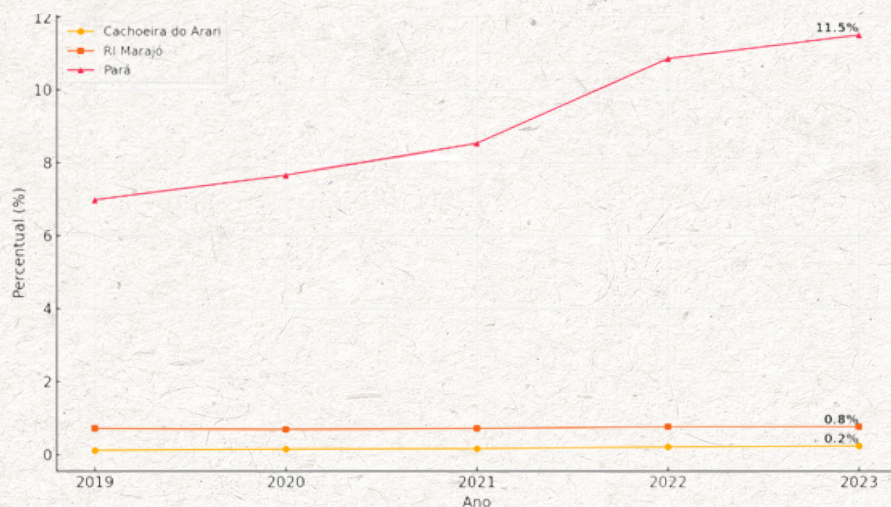
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Cachoeira do Arari apresentou níveis extremamente baixos de cobertura de esgotamento sanitário para a população de baixa renda, partindo de 0,2% em 2019 e mantendo esse valor até 2023. Na RI Marajó, a taxa foi igualmente baixa, oscilando discretamente entre 0,8% e 0,9% ao longo do período. Já o estado do Pará mostrou avanços consistentes: 7,0% (2019), 7,6% (2020), 8,5% (2021), 10,9% (2022) e 11,5% em 2023 (Gráfico 11).

A comparação revela uma desigualdade marcante entre Cachoeira do Arari, a RI Marajó e o estado. Enquanto o Pará mais do que dobrou a cobertura de esgoto entre 2019 e 2023 para a população vulnerável, os dois recortes locais praticamente não evoluíram. Essa estagnação indica ausência de investimento em infraestrutura básica de saneamento no município e na região, o que compromete a saúde pública e a dignidade das populações de baixa renda (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

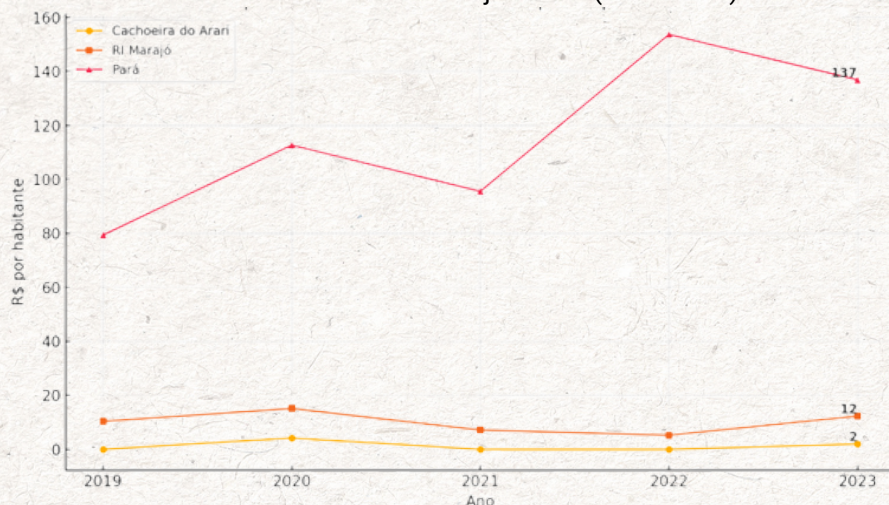
Gasto Municipal com Saneamento per capita

Cachoeira do Arari apresentou valores muito baixos de gasto per capita com saneamento: R\$ 0,00 em 2019, R\$ 5,31 em 2020, queda para R\$ 0,96 em 2021, R\$ 0,16 em 2022 e leve alta para R\$ 2,42 em 2023. Na RI Marajó, os valores foram modestos, mas superiores: de R\$ 11,3 (2019) para R\$ 12,1 (2023), com variações intermediárias. O estado do Pará teve investimentos significativamente maiores, partindo de R\$ 79,8 em 2019, subindo para R\$ 113,2 (2020), R\$ 95,5 (2021), pico de R\$ 153,7 em 2022, e encerrando 2023 com R\$ 137,2 por habitante (Gráfico 12).

A análise mostra que Cachoeira do Arari praticamente não alocou recursos significativos para saneamento ao longo dos cinco anos, o que está alinhado com a baixíssima cobertura de esgotamento identificada. A RI Marajó, embora com baixo investimento, apresentou maior constância. Já o estado do Pará investiu progressivamente mais, com destaque para 2022. Essa discrepância evidencia disparidades estruturais e reforça a urgência de priorização orçamentária em municípios mais vulneráveis (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 2/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

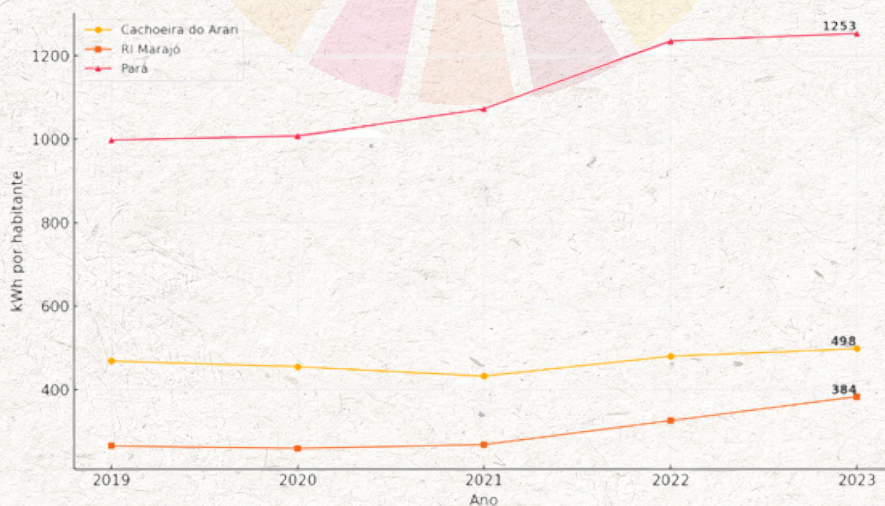


Em Cachoeira do Arari, o consumo per capita de energia elétrica iniciou em 468 kWh/hab. em 2019, caindo ligeiramente para 459 em 2020 e 437 em 2021. A partir de então, houve crescimento: 481 em 2022 e 498 em 2023, somando um acréscimo total de 30 kWh em relação a 2019. A Região de Integração do Marajó apresentou valores mais baixos, começando em 268 kWh/hab. em 2019 e avançando de forma contínua até alcançar 384 em 2023. Já o estado do Pará partiu de 998 kWh/hab. em 2019 e teve aumento expressivo, atingindo 1.253 em 2023 (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Cachoeira do Arari se manteve ao longo do período com consumo intermediário entre a média estadual (bem mais alta) e a da RI Marajó (bem mais baixa). Apesar do crescimento modesto, a tendência é positiva e indica algum avanço na cobertura ou no acesso à energia elétrica, embora ainda distante dos níveis médios do estado. A RI Marajó mostra recuperação mais consistente, enquanto o Pará se destaca com aumento significativo e contínuo, sinalizando expansão do consumo energético residencial e/ou melhoria na infraestrutura elétrica no estado como um todo (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 498 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

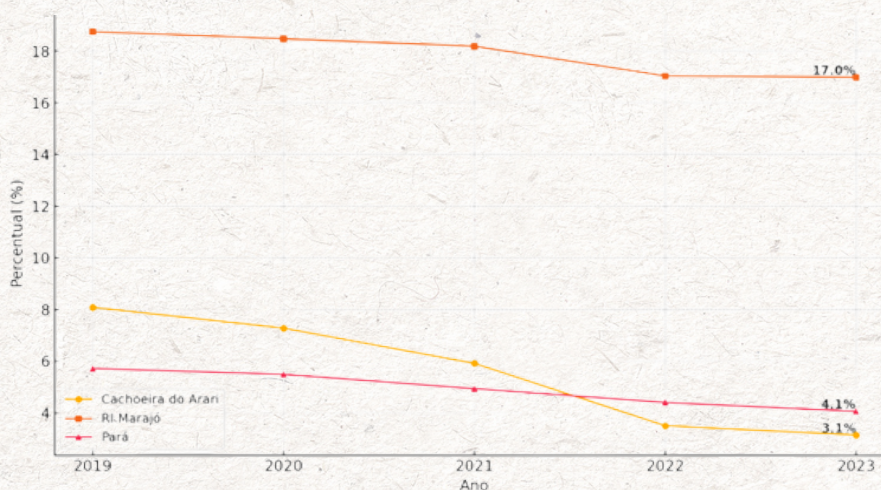
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Cachoeira do Arari reduziu consistentemente o percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil, saindo de 8,1% em 2019 para 3,1% em 2023. O declínio ocorreu gradualmente: 7,3% (2020), 5,9% (2021), 3,5% (2022) e 3,1% (2023). A RI Marajó iniciou em 18,7% e apresentou pequena redução ao longo dos anos, alcançando 17,0% em 2023. No estado do Pará, a proporção também caiu: de 5,7% (2019) para 4,1% (2023), com trajetória regular de diminuição (Gráfico 14).

Essa redução expressiva em Cachoeira do Arari é um sinal positivo de avanço na substituição de fontes precárias por energia elétrica regular, especialmente para a população vulnerável. A diferença entre o município e a RI Marajó destaca o desempenho superior de Cachoeira nesse quesito, com corte de mais da metade no percentual inicial. O estado do Pará também mostra melhora, mas ainda apresenta uma média superior à de Cachoeira em 2023. Esses dados indicam progresso significativo na universalização do acesso à energia, com reflexo direto na melhoria das condições de vida (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

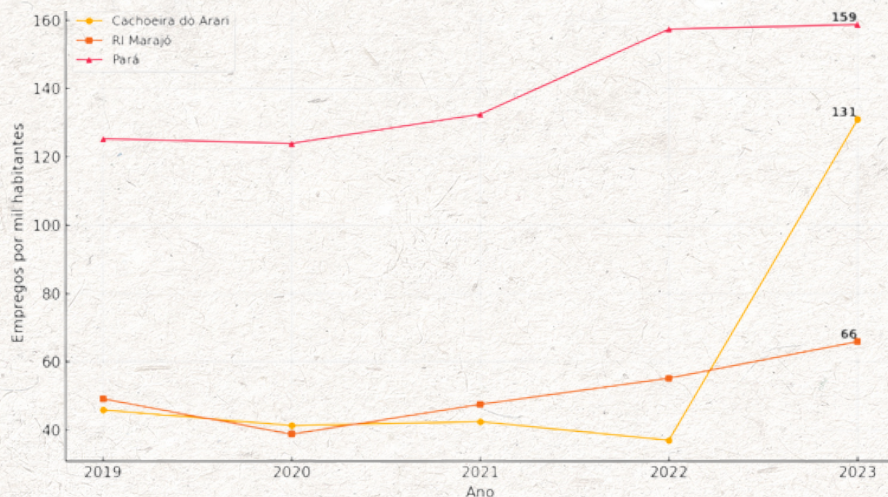


Empregos Formais por Mil Habitantes

Em Cachoeira do Arari, o número de empregos formais por mil habitantes começou em 47 em 2019 e caiu para 39 em 2020. Após uma leve recuperação para 42 em 2021, houve nova queda para 36 em 2022. No entanto, em 2023 o município teve um crescimento expressivo, atingindo 131 empregos por mil habitantes quase triplicando o valor do ano anterior. Na RI Marajó, a evolução foi gradual: de 50 (2019), caiu para 40 (2020), depois subiu para 48 (2021), 55 (2022) e 66 (2023). Já o estado do Pará iniciou em 126 empregos formais por mil habitantes em 2019, manteve-se estável até 2021, saltou para 157 em 2022 e alcançou 159 em 2023 (Gráfico 15).

O destaque vai para Cachoeira do Arari, que mesmo apresentando desempenho inferior durante boa parte do período, protagonizou um crescimento abrupto em 2023, superando inclusive a média da RI Marajó. Esse avanço pode estar ligado à formalização de vínculos ou a políticas públicas de incentivo ao emprego formal, além de eventual recuperação pós-pandemia. O Pará, por sua vez, mostra uma tendência firme de crescimento contínuo e sustentado, consolidando-se com os melhores índices entre os três recortes. A RI Marajó apresenta evolução mais lenta, mas positiva, reforçando o contraste com o desempenho mais volátil do município (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 131 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

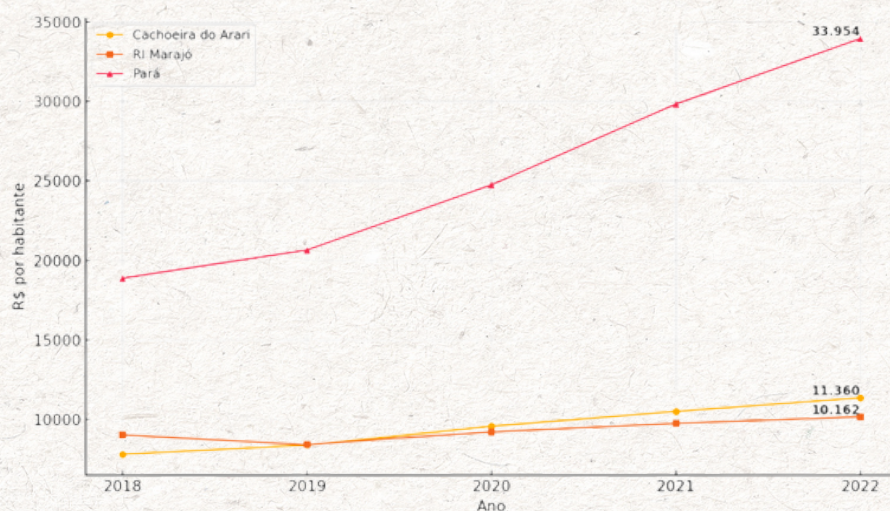
Em Cachoeira do Arari, o PIB per capita apresentou crescimento contínuo: partiu de R\$ 7.972 em 2018, passou para R\$ 8.382 em 2019 e R\$ 9.432 em 2020. Em 2021, subiu para R\$ 10.360 e encerrou 2022 em R\$ 11.360. A RI Marajó começou em patamar mais alto, com R\$ 9.060 em 2018, mas caiu para R\$ 8.434 em 2019. A partir daí, também cresceu: R\$ 9.571 (2020), R\$ 9.925 (2021) e R\$ 10.162 em 2022. Já o estado do Pará apresentou forte expansão: R\$ 18.974 (2018), R\$ 20.789 (2019), R\$ 24.811 (2020), R\$ 29.793 (2021) e R\$ 33.954 em 2022 (Gráfico 16).

Embora Cachoeira do Arari e a RI Marajó tenham aumenta-



do seus PIBs per capita no período, ambos ficaram bem abaixo da média estadual, que praticamente dobrou em cinco anos. O crescimento de Cachoeira foi mais consistente e acelerado que o da RI, o que indica possível fortalecimento da economia local, mesmo que partindo de uma base menor. Já o avanço do Pará reflete o dinamismo da economia estadual, possivelmente impulsionado por setores de alta produtividade como mineração e energia. O dado sugere que o crescimento econômico estadual ainda não se distribui de forma equitativa entre os territórios (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 11.360/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

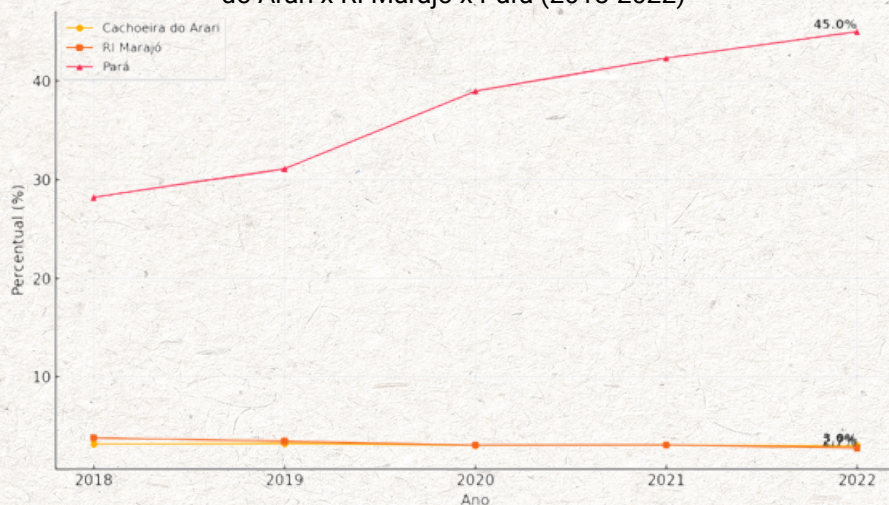


O município de Cachoeira do Arari manteve valores baixos e relativamente estáveis no valor adicionado da indústria: 3,0% em 2018, 2,9% em 2019, 2,7% em 2020, 2,7% em 2021 e 3,0% em 2022. A Região de Integração do Marajó apresentou percentuais ligeiramente superiores, mas também baixos e constantes: partindo de 3,6% em 2018 e finalizando 2022 com 3,2%. Já o estado do Pará teve forte incremento: iniciou com 28,3% em 2018, cresceu para 31,2% em 2019, 38,8% em 2020, 42,3% em 2021 e alcançou 45,0% em 2022 (Gráfico 17).

A comparação revela um cenário de concentração da atividade industrial nos centros mais desenvolvidos do estado, já que os valores da RI Marajó e, principalmente, de Cachoeira do Arari permanecem estagnados e muito abaixo da média estadual. Isso evidencia a baixa presença do setor industrial nessas localidades, o que pode limitar oportunidades de emprego qualificado e diversificação econômica. Enquanto o Pará fortalece continuamente sua base industrial, provavelmente com foco em mineração e transformação, Cachoeira e a RI Marajó mantêm economias com perfil mais primário ou de serviços públicos (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,0%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Cachoeira do Arari, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes era de 2,5 em 2019, caiu para 1,8 em 2020, subiu levemente para 2,3 em 2021, caiu novamente para 1,5 em 2022 e apresentou um salto expressivo para 21,3 em 2023. A Região de Integração do Marajó começou com 9,0 (2019), oscilou para 7,0 (2020), subiu gradualmente até alcançar 13,1 em



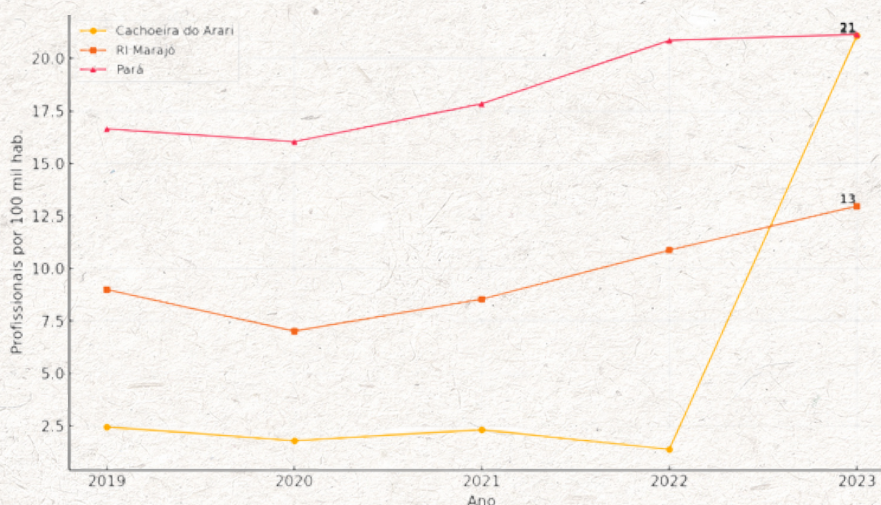
em 2023. O estado do Pará manteve uma trajetória de crescimento contínuo: 16,8 (2019), 16,1 (2020), 17,8 (2021), 20,9 (2022) e 21,3 (2023) (Gráfico 18).

O salto observado em Cachoeira do Arari em 2023 é notável, colocando o município no mesmo nível do estado do Pará após

quatro anos de índices extremamente baixos. Esse aumento pode estar relacionado à contratação de pesquisadores, professores universitários ou profissionais técnicos de ciência e tecnologia. A RI Marajó segue trajetória moderada de crescimento, mas ainda abaixo do patamar estadual. O avanço estadual é contínuo e sugere fortalecimento da capacidade científica e técnica do Pará, que pode refletir em investimentos em educação superior e pesquisa (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



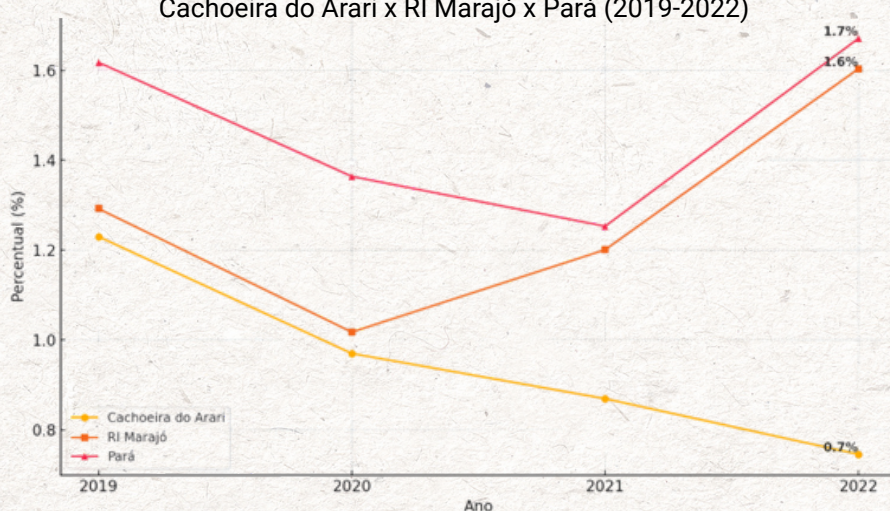
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Cachoeira do Arari, a massa salarial dos vínculos formais representava 1,24% do PIB em 2019, recuando para 0,96% em 2020, 0,87% em 2021 e atingindo apenas 0,70% em 2022. Na RI Marajó, a trajetória foi menos acentuada: 1,29% (2019), queda para 1,02% (2020), recuperação para 1,21% (2021) e avanço para 1,60% em 2022. O estado do Pará seguiu trajetória semelhante à da RI: iniciou em 1,62%, caiu para 1,36% (2020), 1,26% (2021) e recuperou-se para 1,70% em 2022 (Gráfico 19).

A análise mostra que Cachoeira do Arari so-

freu uma queda contínua e não acompanhou a retomada observada nos demais recortes. Isso pode indicar aumento do PIB local sem correspondente crescimento da formalização ou valorização salarial, ou ainda uma retração do mercado de trabalho formal. A recuperação expressiva em 2022 no Pará e na RI Marajó demonstra retomada da economia formal, com ampliação da renda dos trabalhadores com carteira assinada. O cenário de Cachoeira sinaliza concentração de renda fora dos vínculos formais ou expansão de setores não intensivos em mão de obra regular (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

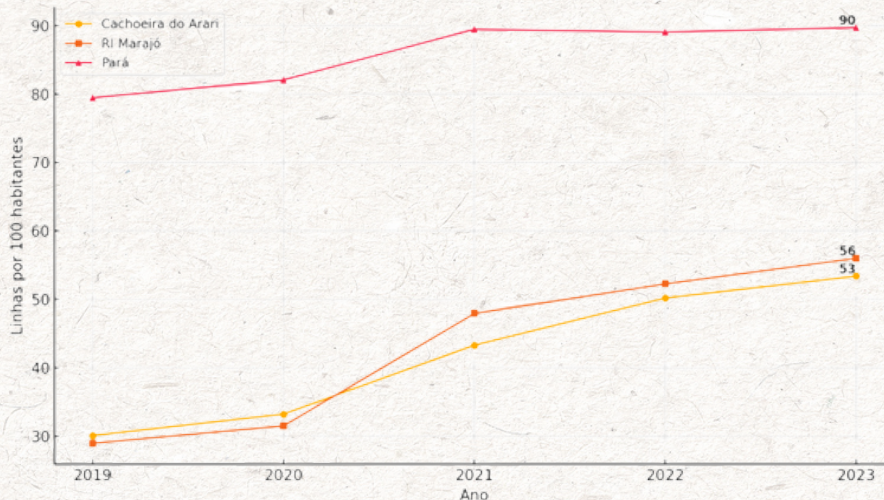
Em Cachoeira do Arari, o acesso à telefonia móvel evoluiu de forma consistente: iniciou em 30 linhas por 100 habitantes em 2019, subiu para 33 em 2020, 43 em 2021, 50 em 2022 e alcançou 53 em 2023. A RI Marajó teve desempenho semelhante: partiu de 29 em 2019, chegou a 32 em 2020 e cresceu para 48 (2021), 52 (2022) e 56 linhas por 100 habitantes em 2023. Já o Pará manteve patamares muito superiores, passando de 80 (2019) para 82 (2020), 89 (2021), 89 (2022) e 90 em 2023 (Gráfico 20).

O indicador mostra que tanto o município quanto a RI Marajó apresentaram avanços importantes, praticamente dobrando a densidade de linhas móveis em cinco anos. Apesar disso, ainda permanecem bem abaixo da média estadual, o que revela desigualdade no acesso à infraestrutura de comunicação. O crescimento em Cachoeira é promissor, mas o patamar atual reflete desafios quanto à conectividade plena e inclusão digital. O Pará, por sua vez, demonstra estabilidade em um nível alto, sinalizando maior saturação e acesso consolidado (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 53 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

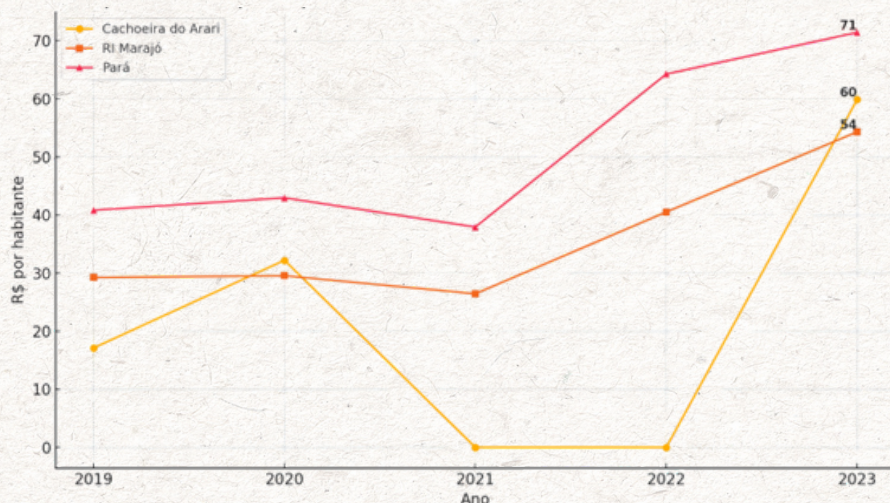
Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Cachoeira do Arari começou com R\$ 17,00 por habitante em 2019, aumentou para R\$ 32,00 em 2020, mas registrou zero em 2021 e 2022. Em 2023, houve forte recuperação, com R\$ 60,00 por habitante. A RI Marajó oscilou: R\$ 29,4 (2019), R\$ 30,1 (2020), R\$ 26,7 (2021), R\$ 40,3 (2022) e R\$ 54,0 (2023). O estado do Pará teve trajetória ascendente: R\$ 40,6 (2019), R\$ 42,6 (2020), queda para R\$ 38,2 (2021), depois saltou para R\$ 64,3 (2022) e atingiu R\$ 71,0 em 2023 (Gráfico 21).

O gráfico revela descontinuidade significativa em Cachoeira do Arari, com dois anos sem registros, o que pode indicar ausência de execução orçamentária nas áreas analisadas. Ainda assim, o salto em 2023 mostra retomada expressiva, aproximando-se da média estadual. A RI Marajó, embora menos volátil, teve desempenho inferior ao do estado durante quase todo o período. O Pará se destaca com crescimento contínuo, evidenciando esforço em políticas culturais e ambientais nos últimos anos (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



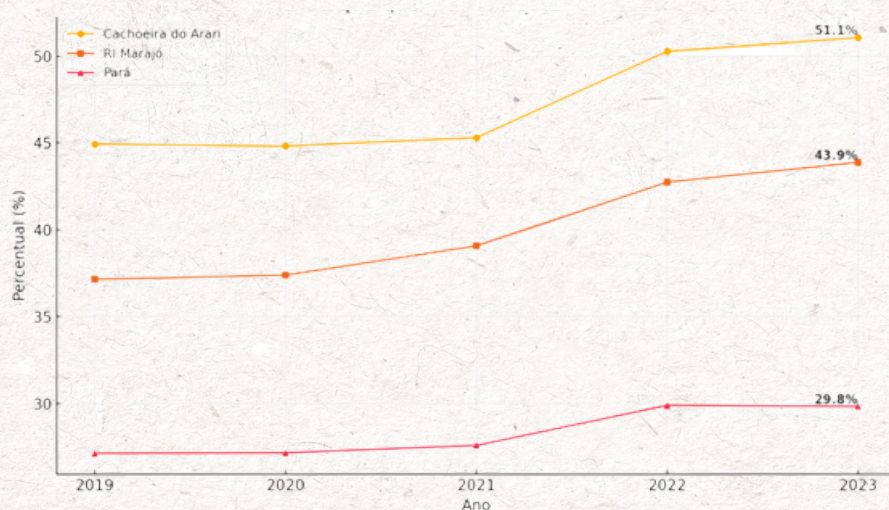
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Cachoeira do Arari, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo começou em 44,9% em 2019, oscilou levemente nos anos seguintes e atingiu 51,1% em 2023. A RI Marajó seguiu padrão similar, saindo de 37,1% em 2019 e subindo para 43,9% em 2023. Já o estado do Pará apresentou menores percentuais: 27,1% (2019), crescendo até 29,8% (2022 e 2023) (Gráfico 22).

A análise indica deterioração das práticas

adequadas de destinação de resíduos entre os mais pobres em Cachoeira e na RI Marajó. O aumento contínuo do indicador revela ausência ou ineficiência de políticas públicas de coleta e tratamento de lixo. O Pará, embora em nível mais baixo, também registrou piora, ainda que mais moderada. Os dados expõem um cenário preocupante de exclusão socioambiental, especialmente nas regiões mais carentes da infraestrutura de saneamento (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 51,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

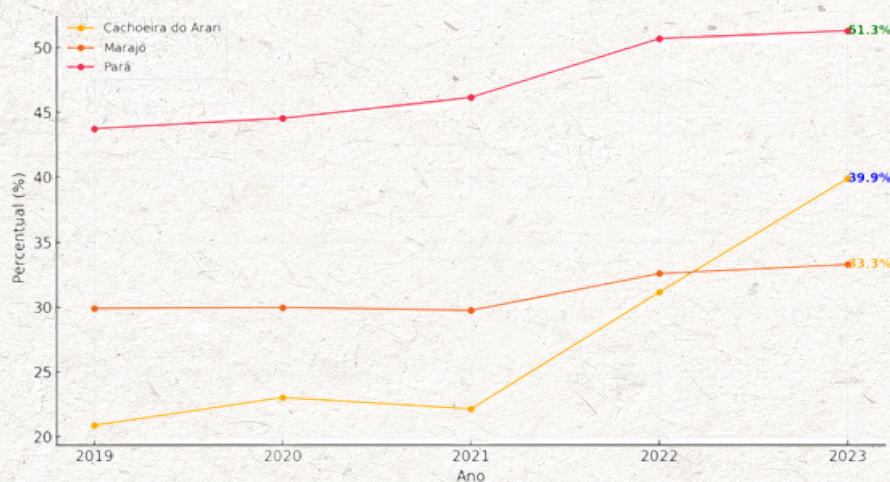
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Cachoeira do Arari apresentava 21,0% da população de baixa renda com fossa rudimentar em 2019, valor que cresceu gradualmente até alcançar 39,9% em 2023. A RI Marajó manteve-se mais estável, partindo de 30,0% em 2019, e subindo ligeiramente para 33,3% em 2023. O estado do Pará começou em patamar elevado (43,9%) e subiu para 51,3% no mesmo período (Gráfico 23).

Apesar de partir de um índice mais baixo, Cachoeira do Arari teve o maior crescimento

proporcional no período, o que acende um alerta sobre o retrocesso no saneamento básico para os mais pobres. A evolução da RI foi menos acentuada, mantendo valores relativamente altos, enquanto o Pará apresentou elevação consistente. O indicador revela que a precariedade do saneamento entre os vulneráveis é um problema persistente e crescente em todos os níveis analisados (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

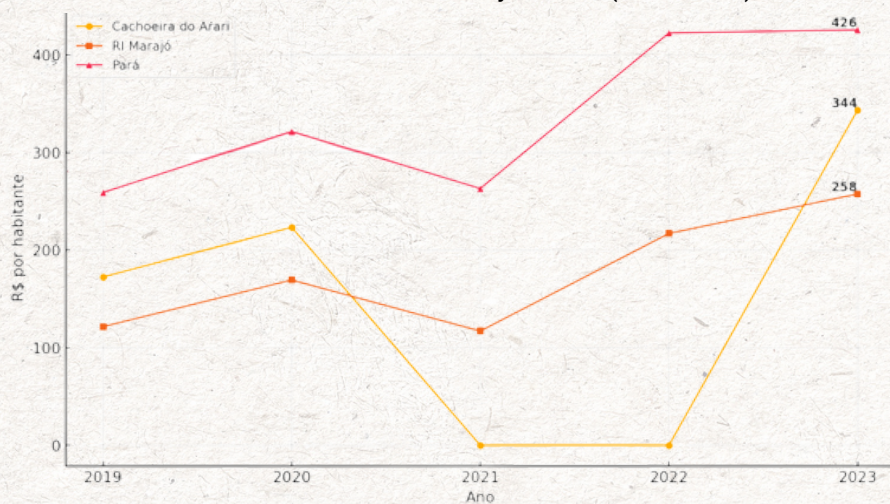
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Cachoeira do Arari, os gastos per capita com prevenção de desastres começaram em R\$ 175 em 2019 e subiram para R\$ 224 em 2020. Contudo, o município registrou valores zerados em 2021 e 2022, voltando com uma elevação expressiva para R\$ 344 em 2023. A RI Marajó iniciou em R\$ 122 (2019), subiu para R\$ 170 (2020), caiu para R\$ 120 (2021), subiu novamente para R\$ 219 (2022) e fechou 2023 com R\$ 258. O estado do Pará manteve gastos elevados: R\$ 260 (2019), R\$ 320 (2020), queda para R\$ 263 (2021), salto para R\$ 423 (2022) e R\$ 426 em 2023 (Gráfico 24).



O cenário demonstra instabilidade nos investimentos municipais, com dois anos sem alocação de recursos, o que pode ter comprometido a resiliência local frente a riscos naturais. A retomada em 2023 é positiva, mas reflete uma oscilação que contrasta com a progressão mais consistente da RI e do estado. O Pará, por sua vez, demonstra política contínua e crescente na área, o que sugere maior institucionalização da agenda preventiva. A RI Marajó, embora com menores valores, segue padrão ascendente e mais estável que o município (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 344/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

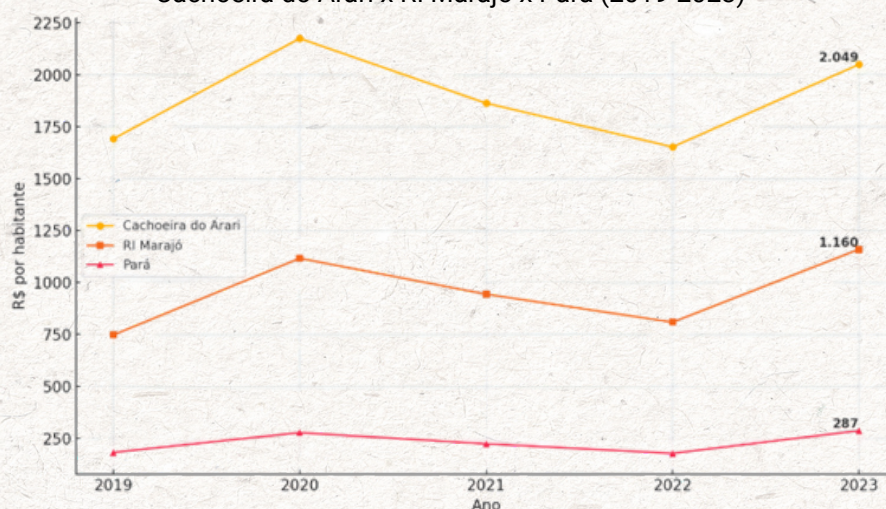
Despesa per capita com preservação aquática

Cachoeira do Arari apresenta valores muito elevados ao longo do período: R\$ 1.708 (2019), R\$ 2.170 (2020), R\$ 1.870 (2021), R\$ 1.670 (2022) e R\$ 2.049 em 2023. A RI Marajó segue com níveis bem inferiores: R\$ 750 (2019), R\$ 1.120 (2020), R\$ 950 (2021), R\$ 800 (2022) e R\$ 1.160 (2023). Já o estado do Pará investiu proporcionalmente menos, com R\$ 183 (2019), R\$ 271 (2020), R\$ 226 (2021), R\$ 193 (2022) e R\$ 287 em 2023 (Gráfico 25).

Cachoeira mantém uma liderança notável em investimentos por habitante nessa área, com

padrão oscilante, mas ainda muito acima das médias estadual e regional. Isso pode refletir a importância estratégica dos recursos hídricos para o município, situado em uma região de várzea. A RI Marajó mostra comprometimento relevante, porém com redução entre 2020 e 2022 antes de uma recuperação em 2023. O estado do Pará apresenta investimentos tímidos, embora crescentes no último ano, o que pode indicar maior atenção à preservação de ecossistemas aquáticos no futuro (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 2.049/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

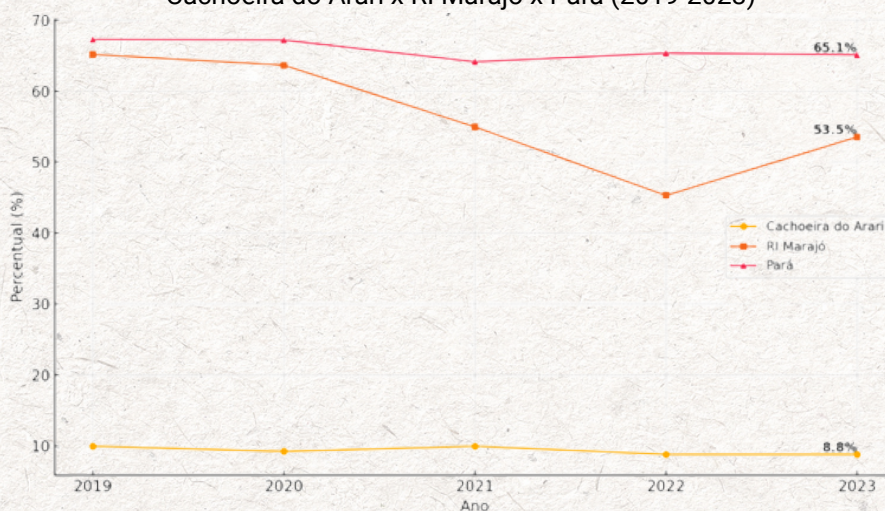
Cachoeira do Arari manteve um percentual de área de floresta relativamente estável entre 2019 (9,9%) e 2023 (8,8%), com leve variação entre os anos intermediários. A RI Marajó iniciou com 65,6% em 2019, teve redução contínua até 45,6% em 2022, recuperando-se parcialmente para 53,5% em 2023. O estado do Pará oscilou entre 67,1% (2019), 67,5% (2020), caiu para 65,1% (2023), mantendo-se relativamente constante em patamar elevado (Gráfico 26).

A estabilidade em Cachoeira indica que a cobertura flores-

tal, embora pequena, está preservada, mas o valor baixo revela a predominância de outras formações ou usos do solo. Já a RI Marajó enfrentou uma perda significativa de vegetação entre 2019 e 2022, com recuperação parcial em 2023, sinalizando um possível avanço de ações conservacionistas recentes. O Pará mantém grande parte de sua cobertura florestal, o que é positivo, mas a queda lenta e progressiva alerta para pressões crescentes, possivelmente do agronegócio ou da ocupação desordenada (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

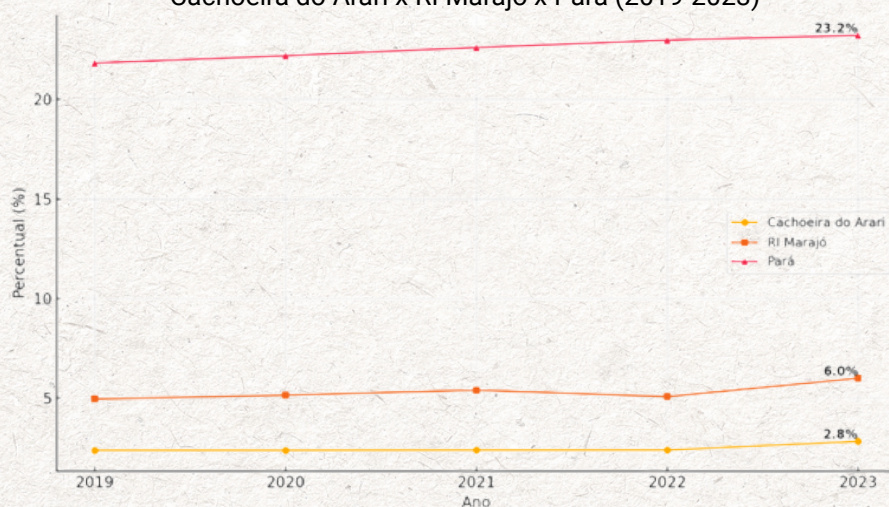
Em Cachoeira do Arari, o percentual de área desmatada manteve-se relativamente estável entre 2019 e 2022, oscilando de 2,4% a 2,5%, com um leve aumento em 2023, quando atingiu 2,8%. A Região de Integração do Marajó apresentou crescimento contínuo: partiu de 5,0% em 2019, subiu para 5,1% em 2020, 5,3% em 2021, estabilizou em 5,1% em 2022 e atingiu 6,0% em 2023. Já o estado do Pará começou com 21,9% em 2019 e aumentou de forma constante para 22,3% (2020), 22,7% (2021), 23,0% (2022) e 23,2% em 2023 (Gráfico 27).

O cenário de Cachoeira de-

monstra certo controle no avanço do desmatamento, embora já parta de uma base reduzida de cobertura florestal. A RI Marajó segue em trajetória de crescimento, indicando maior pressão antrópica sobre o território. O Pará exhibe um padrão de desmatamento sistemático, com expansão contínua ao longo do período. Esses dados evidenciam a necessidade de políticas mais eficazes de preservação ambiental. O aumento generalizado sugere a intensificação de atividades agropecuárias e ausência de fiscalização robusta (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,8 %, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

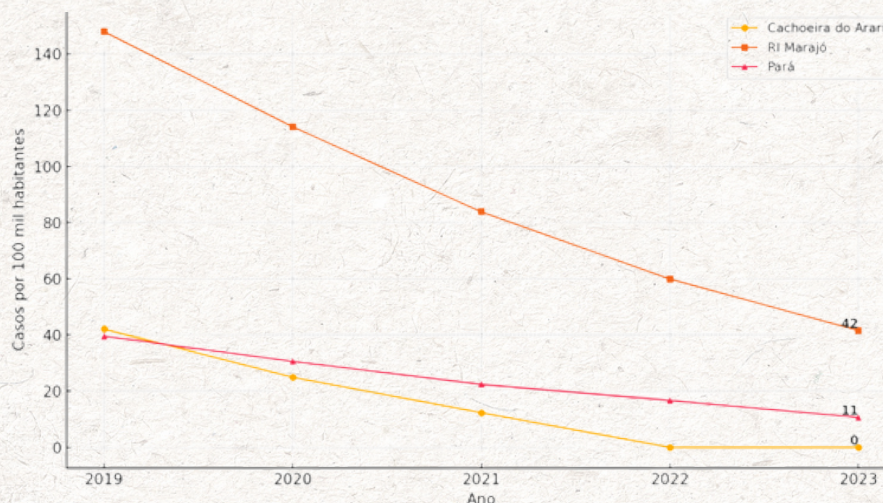
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Cachoeira do Arari, o índice de trabalho infantil apresentou queda acentuada: começou em 42 casos por 100 mil habitantes em 2019, caiu para 26 em 2020, depois para 13 em 2021, e chegou a 0 em 2022 e 2023. Na RI Marajó, a redução foi progressiva, iniciando com 149 casos (2019), passando para 115 (2020), 85 (2021), 60 (2022) e 42 em 2023. Já no estado do Pará, o indicador partiu de 39 casos em 2019, recuando para 32 (2020), 23 (2021), 17 (2022) e atingindo 11 em 2023 (Gráfico 28).

O desempenho de Cachoeira é destaque positivo, ao erradicar formalmente o trabalho infantil até 2022. Isso pode refletir ações locais específicas de proteção à infância ou melhoria nas políticas sociais. A RI Marajó ainda apresenta valores elevados, apesar da tendência de queda. O estado do Pará acompanha a redução, embora com ritmo mais lento que Cachoeira. O avanço regional e estadual é importante, mas ainda exige atenção para consolidar a erradicação total (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

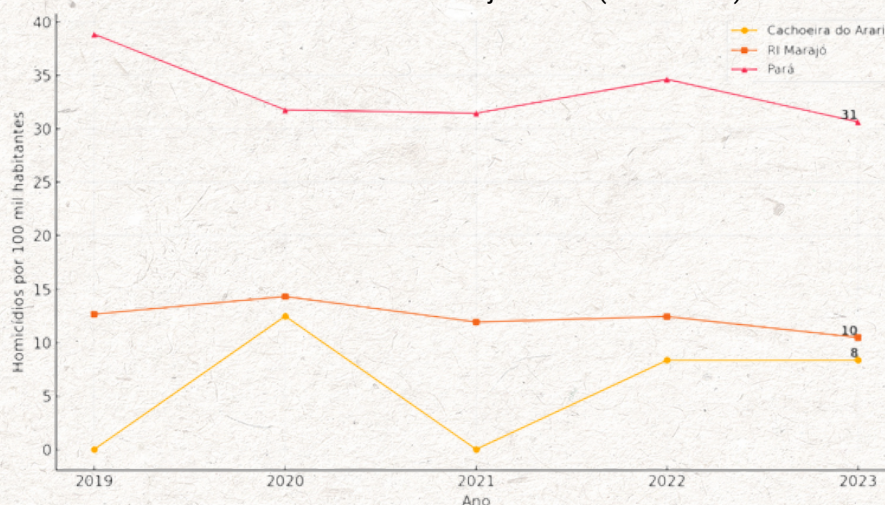
Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Cachoeira do Arari, a taxa de homicídios oscilou: partiu de 0 em 2019, subiu para 12,5 em 2020, caiu novamente a 0 em 2021, subindo depois para 8,3 em 2022 e mantendo-se nesse valor em 2023. A RI Marajó apresentou maior estabilidade: 12,6 (2019), 14,2 (2020), 12,2 (2021), 12,5 (2022) e 10,2 em 2023. O estado do Pará iniciou em 39,0 (2019), caiu para 31,8 (2020), manteve-se em 31,6 (2021), subiu levemente para 34,6 (2022), e recuou a 31,0 em 2023 (Gráfico 29).

A variação em Cachoeira do Arari revela pi-

cos esporádicos, sugerindo episódios pontuais de violência e não uma tendência persistente. A RI Marajó apresenta níveis consistentemente mais altos que o município, mas sem grandes saltos. No caso do estado do Pará, os homicídios continuam elevados, mesmo com tendência levemente decrescente. Isso reforça a urgência de políticas de segurança pública estruturadas, especialmente em áreas urbanas mais populosas. O contexto municipal é menos crítico, mas merece vigilância (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



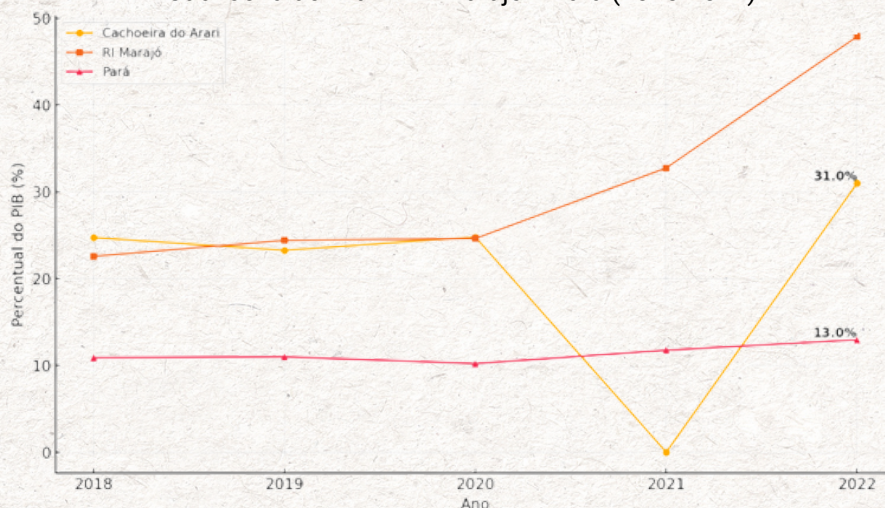
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em Cachoeira do Arari, o gasto público municipal como percentual do PIB começou em 24,5% em 2018 e caiu levemente para 23,3% em 2019, mantendo-se estável em 24,6% em 2020. No entanto, em 2021 houve uma queda brusca para 0%, o que pode indicar ausência ou falha de registro orçamentário naquele ano. Já em 2022, o percentual disparou para 31%, superando todos os anos anteriores da série. A Região de Integração do Marajó apresentou crescimento contínuo: partiu de 22,5% em 2018, passou para 24,4% (2019), 24,9% (2020), 32,7% (2021) e atingiu 47,9% em 2022 (Gráfico 30).

O estado do Pará manteve um comporta-

mento mais estável, com pequena oscilação: iniciou em 11% em 2018, manteve 11,1% em 2019, caiu para 10,3% em 2020, subiu levemente para 11,8% em 2021 e chegou a 13% em 2022. A discrepância entre Cachoeira e o restante da região em 2021 é expressiva e merece investigação técnica. Já a RI Marajó demonstra aumento sistemático do esforço fiscal, indicando maior presença estatal na economia local. Em 2022, Cachoeira retomou uma posição de destaque relativo, mas ainda abaixo da média da RI. O comportamento do Pará sugere continuidade de um padrão conservador nos gastos em relação ao PIB estadual (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 31%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

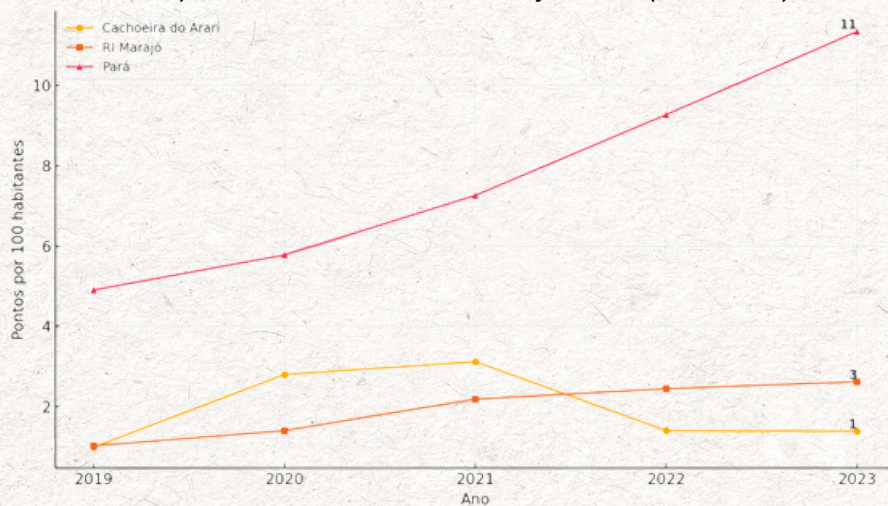
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em Cachoeira do Arari, o acesso à banda larga fixa iniciou com 1 ponto por 100 habitantes em 2019, subindo para 2,8 em 2020 e alcançando o pico de 3,1 em 2021. No entanto, o índice caiu para 1,4 em 2022 e se manteve em 1,4 também em 2023, refletindo uma desaceleração no ritmo de expansão. A RI Marajó apresentou crescimento contínuo e estável: 1,0 (2019), 1,4 (2020), 2,2 (2021), 2,5 (2022) e 2,7 em 2023. Apesar do avanço, os valores absolutos permanecem baixos, indicando desafios na universalização do acesso (Gráfico 31).

O estado do Pará mostrou evolução robusta:

partiu de 4,9 pontos por 100 habitantes em 2019 e alcançou 11,0 pontos em 2023. O avanço foi constante ao longo do período, com os valores intermediários de 5,8 (2020), 7,3 (2021) e 9,2 (2022). Isso sugere que políticas públicas e investimentos privados foram mais eficazes em áreas urbanas e economicamente mais desenvolvidas. A estagnação em Cachoeira após 2021 evidencia uma possível limitação estrutural ou falta de políticas de expansão da conectividade digital. A diferença entre município e estado mostra a persistência da desigualdade digital intraestadual, especialmente nas áreas do Marajó (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

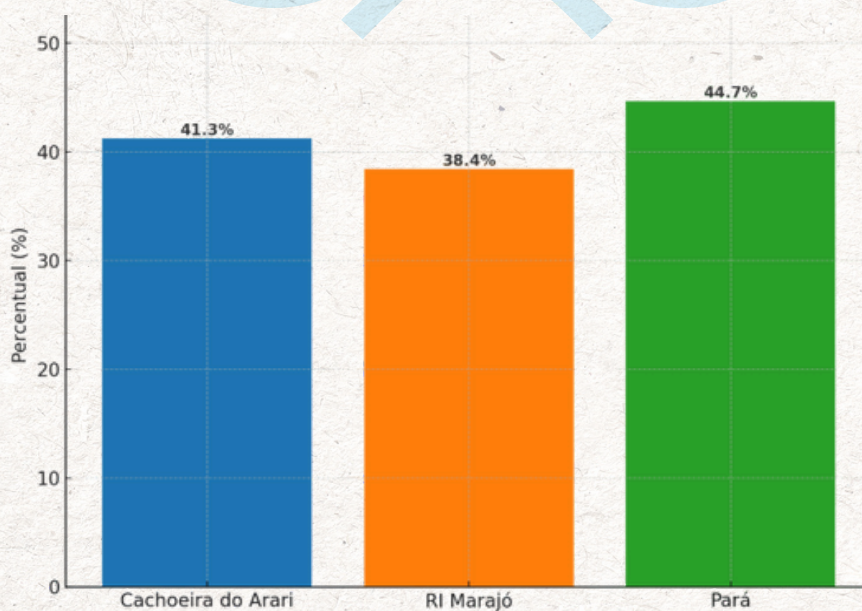
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Cachoeira do Arari** registrou um IDS de **41,3%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Cachoeira do Arari x RI Marajó x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



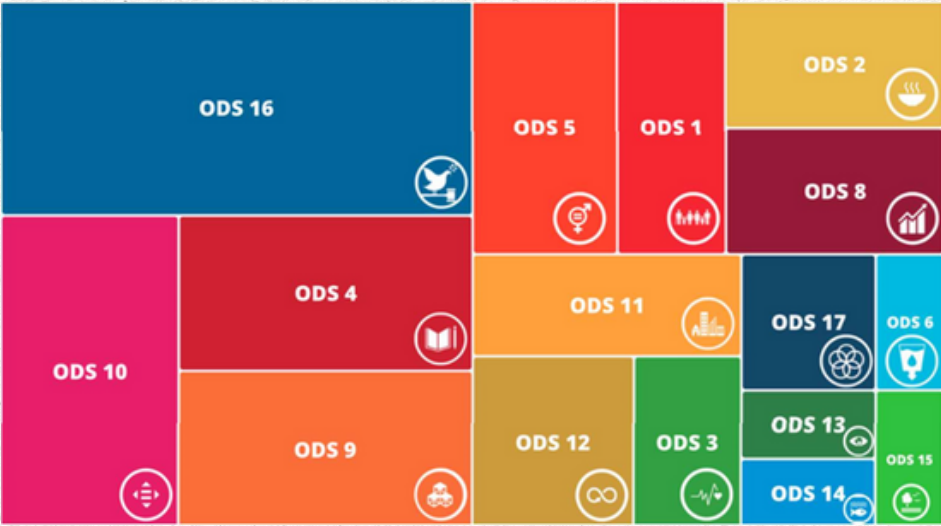
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetadas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN+, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Cachoeira do Arari na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Cachoeira do Arari e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

